

Sugestão dos EUA: a venda da Petrobrás.

Segundo o Departamento do Tesouro, seria um recurso para o Brasil reduzir sua dependência de dólares. *A.M. Pimenta Neves, de Washington.*

Tão logo terminem as negociações da chamada fase 2 da dívida externa do Brasil e de outros grandes países em desenvolvimento, a comunidade financeira internacional começará a articular a fase 3, que poderia incluir a venda de empresas estatais dessas nações a investidores privados estrangeiros.

Numa entrevista a pequeno grupo de jornalistas norte-americanos e europeus, um alto funcionário do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos mencionou a Petrobrás e a Pemex, companhia petrolífera mexicana, como exemplos de empresas públicas que poderiam ser vendidas em parte ou no todo ao setor privado estrangeiro, segundo alguns dos participantes. Mas os jornalistas entenderam que o funcionário mencionou as duas apenas como exemplo, sem desejar com isso insinuar que as duas seriam necessariamente objeto de negociações. Ficou claro também que não se tratava de uma proposta do Tesouro, mas de um recurso de que poderiam lançar mão os países devedores a fim de reduzir sua dependência de empréstimos.

A fase 3 começaria a ser negociada tão cedo quanto possível, entre o final do ano e março de 1984. Poderia também, segundo o alto funcionário do Tesouro, marcar a

volta dos países em desenvolvimento ao mercado internacional de bônus, que seria uma maneira de financiar a sua dívida a prazo mais longo. Ainda segundo a estratégia de obter prazos mais longos de financiamento, poder-se-ia tentar despertar o interesse dos investidores de longo prazo, como as grandes companhias de seguros, nos bônus dessas nações, como uma vez sugeriu John Williamson, um dos membros do Instituto de Economia Internacional de Washington.

Essas idéias caem no rol das boas intenções, mas não seria fácil convencer os grandes investidores a confiar no futuro dessas nações, todas elas enfrentando graus diferentes de instabilidade econômica e política. O próprio Williamson reconheceu, há meses, que essa possibilidade se tornou remota depois da eclosão da crise no ano passado.

Mas o plano de iniciar a articulação da fase 3 o mais cedo possível reflete o desgaste da comunidade financeira, diante da natureza espasmódica da reação de deentes como Brasil e Argentina. Quando os credores pensam que, afinal, as coisas estão entrando nos eixos, um presidente de Banco Central é preso na Argentina e o Congresso brasileiro rejeita um dos ingredientes do acordo com o FMI.

o 2.045

O alto funcionário tentou minimizar a importância da derrota do Decreto-Lei nº 2.045, lembrando que foi substituído por outro já em vigor e que, se este também for derrubado, o Executivo brasileiro poderia tirar outro da cartola, estendendo assim o controle dos salários via decretos.

Uma pessoa presente, aliás, achou que o Tesouro convidou os jornalistas para assegurar que tudo ainda corre razoavelmente bem e que a estratégia para resgatar esses países continua sendo aplicada a contento e que todos os envolvidos já estão pensando nos próximos passos.

Acontece que a fase 1 das negociações com o Brasil nem se completou, porque os desembolsos do FMI e dos bancos foram suspensos quando o país deixou de cumprir as metas de seus programas no primeiro semestre. A fase 2, que remenda a fase 1 de 1982-83 e cobre 1984, ainda depende de fatores aleatórios. Numa entrevista, julgada desastrosa por alguns banqueiros, publicada pelo *The Wall Street Journal* na última semana, o ministro Delfim Netto já disse que o Brasil provavelmente não cumprirá algumas das novas metas e tetos acertados com o FMI recentemen-

te. E é conhecida a relutância de alguns bancos em participar do empréstimo de 6,5 bilhões de dólares que o País pediu para cobrir suas necessidades adicionais de caixa este ano e o próximo.

Como se sabe, a fase 1 foi caracterizada por quatro projetos financeiros. O projeto um envolvia o jumbo de 4,4 bilhões de dólares, contratado em 25 de fevereiro de 1983. O projeto dois correspondia ao reescalonamento das amortizações (principal) devidas aos bancos em 1983. Os projetos três e quatro diziam respeito, respectivamente, à linha de crédito comercial e à linha interbancária (depósitos nas agências dos bancos brasileiros no Exterior), as duas de curto prazo. Parcerias do jumbo não puderam ser sacadas pelo Brasil, depois que violou as metas de seu programa com o FMI.

A fase dois, cujas negociações estão em andamento, compreende um novo jumbo de 6,5 bilhões de dólares, para ser dividido entre este ano e o próximo, o reescalonamento da aproximadamente 5 bilhões de dólares de amortizações devidas aos bancos em 1984, 2 bilhões de dólares de reescalonamento de dívidas para com governo este ano e em 1984 (através do Clube de Paris) e créditos comerciais oficiais no valor de 2,5 bilhões de dólares.